

INICIATIVAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS: MAPEAMENTO E TENDÊNCIAS

Adriana **Bauer** – FCC/ FEUSP

Sandra Zákia **Sousa** – FEUSP

João Luiz **Horta Neto** – INEP

Cláudia Oliveira **Pimenta** – FCC

Agência/Instituição Financiadora: Fundação Carlos Chagas e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP

Resumo

Visando mapear e caracterizar iniciativas relacionadas às avaliações em larga escala em desenvolvimento nos municípios brasileiros, desenvolveu-se pesquisa cujos resultados são tratados no presente texto, que se organiza em quatro seções. Inicialmente, apresenta referências a estudos já produzidos sobre a temática e, em seguida, explicitam-se os procedimentos metodológicos adotados na pesquisa em pauta. Na terceira seção são discutidos resultados obtidos na fase do *survey*, que abarcam manifestações obtidas de 4.309 municípios. Por fim, são expostas conclusões acerca de concepções presentes nas avaliações propostas pelos municípios e de usos dos resultados dessas avaliações na gestão educacional, que evidenciam a gradual consolidação da avaliação como instrumento de gestão educacional nas municipalidades.

Palavras-chave: avaliação educacional; gestão educacional; municípios; *survey*

INICIATIVAS DE AVALIAÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL EM MUNICÍPIOS BRASILEIROS: MAPEAMENTO E TENDÊNCIAS

Desde as primeiras iniciativas do governo federal de implantação da avaliação em larga escala da educação básica, nos anos 1990, apoiadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e no Plano Nacional de Educação, gradualmente se somam proposições de avaliação concebidas por governos subnacionais.

No âmbito estadual, 20 dos 27 estados da federação já contam com propostas próprias de avaliação, sobre as quais já se dispõe de estudos que elucidam seus

contornos e repercussões na gestão educacional (Sousa e Oliveira, 2007; Bauer, 2010; Brooke; Cunha; Faleiros, 2011; Bauer; Reis, 2013, Horta Neto, 2013; Sousa, 2013)¹.

Com relação às iniciativas municipais, os estudos já divulgados trazem contribuições com base em um ou alguns contextos, no entanto não apoiam interpretações de tendências dominantes para o conjunto das municipalidades. (Silva, 2005; Gomes, 2009; Gewehr, 2010; Marinho, 2010; Nascimento, 2010; Werle, 2010; Ferrarotto, 2011; Ovando, 2011; Gimenes; Silva, 2012; Pimenta, 2012; Gomes, 2012; Sousa; Pimenta; Machado, 2012; Alavarse; Machado; Bravo, 2013; Bauer; Reis, 2013; Werle, 2013; Côco, 2014; Duarte, 2014; Mardegan, 2014).

É nessa lacuna que se propôs o desenvolvimento de pesquisa que investigou iniciativas de avaliação educacional implementadas nos 5.568 municípios do território nacional². Compreender como vêm se materializando e a que propósitos vêm servindo as avaliações nos contextos municipais torna-se relevante por se reconhecer que a avaliação vem se constituindo em mecanismo orientador e indutor da formulação de políticas e práticas educacionais.

O texto ora apresentado registra resultados obtidos com o estudo, antecédidos de informações sobre os caminhos metodológicos a que se recorreu para o mapeamento e caracterização das iniciativas municipais. Destacam-se, nas indicações finais, revelações acerca de tendências observadas nas experiências analisadas, que suscitam questões para aprofundamento em pesquisas futuras.

1-Procedimentos de estudo

O mapeamento das iniciativas municipais se deu por meio de *survey* que contou com a manifestação de Dirigentes Municipais de Educação ou profissionais da rede de ensino por eles indicados, que responderam a um questionário, estruturado em quatro dimensões: identificação do município; interações do município com avaliações em larga escala propostas pelo governo federal e governos estaduais; avaliações propostas pela rede municipal e usos dos resultados das avaliações implantadas nos municípios.

¹ Acre; Alagoas; Amazonas; Bahia; Ceará; Distrito Federal; Espírito Santo; Goiás; Minas Gerais; Mato Grosso do Sul; Pará; Paraíba; Paraná; Pernambuco; Piauí; Rio de Janeiro; Rio Grande do Sul; Rondônia; São Paulo; Tocantins.

² Segundo o IBGE, o Brasil contava, em 2013, com 5.570 cidades. No entanto, por sua natureza administrativa, Brasília e Fernando de Noronha foram excluídas do rol de cidades a serem contatadas na pesquisa.

O levantamento de informações acerca das avaliações propostas pelas redes municipais contemplou diferentes focos: avaliação de alunos, avaliação institucional e avaliação de profissionais.

O total de respondentes variou para cada um destes focos, considerando que nem todos os municípios executam avaliações nos focos investigados. Para contemplar a diversidade de iniciativas municipais, o questionário permitia que os respondentes percorressem diferentes trajetórias ao respondê-lo, em decorrência da resposta negativa ou positiva às questões-chave.

Os questionários, em formato eletrônico, foram aplicados utilizando-se a ferramenta *Survey Monkey*, que apoia a coleta de informações, codifica-as e consolida-as em um banco de dados, base para os processamentos e análises a seguir apresentados, que tratam de características e tendências presentes nas avaliações municipais e usos dos seus resultados para a gestão educacional.

Os questionários foram enviados para 5.532 municípios³, após contato prévio por telefone e/ou endereço eletrônico, tendo retornado 4.309 respostas, o que representa 77,5% do total de municípios brasileiros. Além do alto percentual de retorno de respostas, raramente obtido com pesquisas dessa natureza, é oportuno registrar que estas abrangem todas as regiões do país, como evidenciam os dados da Tabela 1.

Considerando-se o percentual de respostas obtidas, nota-se maior receptividade à pesquisa nas regiões centro-oeste, sudeste e sul, com 80% ou mais de retorno dos municípios. Além do alto percentual de respostas obtidas, merece destaque o fato de que 10 estados tiveram um percentual de respostas de 80% ou mais dos municípios que os compõem (RO, TO, PE, GO, MS, MG, SP, PR, SC, RS). A abrangência menor do estudo ocorreu em quatro estados, nos quais 50 a 59% dos municípios responderam à pesquisa (AP, AM, MA, AL). Cabe destacar que, à exceção de Manaus, a pesquisa abrangeu todas as capitais de estados brasileiros.

Tabela 1: Total de municípios que responderam ao *survey*, distribuídos por região.

Região	Nº de municípios por região	Questionários respondidos	
		N	%
Norte	450	323	71,8
Nordeste	1793	1237	69
Centro-Oeste	466	372	79,8
Sudeste	1668	1395	83,6

³ Não se conseguiu nenhum tipo de contato, por telefone ou por e-mail, com 36 dos 5.568 municípios.

Sul	1191	982	82,5
Total	5568	4309	77,4

Fonte: Elaboração dos autores. 2015.

Destacam-se, nas seções seguintes, contribuições trazidas com a pesquisa que ilustram tendências observadas nas iniciativas municipais de avaliação educacional.

2- Iniciativas municipais de avaliação educacional

Além do registro da adesão às avaliações coordenadas pelo governo federal – com destaque para a Provinha Brasil (participação de 97% dos municípios), a Prova Brasil (participação de 90% dos municípios) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (participação de 90% dos municípios)–, chama a atenção o fato de 67% dos municípios terem indicado compartilhar, também, das avaliações externas implantadas pelos governos dos estados a que pertencem. A essa constatação soma-se a proposição de iniciativas de avaliação próprias pelos municípios, declaradas por 37% dos respondentes (N= 1.573), o que representa cerca de 30% dos municípios brasileiros. Ainda, é oportuno registrar que 21% dos respondentes (N=905) assinalaram pretender delinear uma proposta de avaliação própria, o que corresponde a 16% do total de municípios do país. Esses dados indicam que, gradativamente, se amplia a coexistência, nas redes e escolas, de avaliações concebidas pelas diferentes instâncias governamentais.

Para conhecer o movimento de criação de avaliações municipais ao longo do tempo, foi perguntado aos gestores municipais qual o ano de implantação das iniciativas, obtendo-se resposta de 1365 dos participantes. Embora a primeira iniciativa date do início da década de 1980, observa-se que é a partir de 2005 que a criação de avaliações se intensifica. Até 2004, 108 municípios implantaram ações próprias de avaliação. De 2005 a 2013 registra-se a criação de 1.257 novas iniciativas, além de avaliações que podem estar sendo implantadas depois de setembro de 2014, data de encerramento da coleta de dados.

Os 1573 municípios que disseram ter criado propostas próprias de avaliação registraram que estas vêm sendo concebidas, em geral, por profissionais integrantes das redes de ensino, sejam técnicos (77%) ou professores e/ou gestores da rede (82%). Aproximadamente 33% dos municípios vêm recorrendo a assessorias externas (consultorias independentes, empresas ou universidades) para a definição do procedimento avaliativo adotado.

Seguem informações específicas sobre cada um dos focos em que incidem as iniciativas municipais de avaliação, para sua caracterização.

2.1. Avaliação de alunos

Dos 4309 municípios que responderam à pesquisa, 1350 (31,3%) mencionaram fazer uma avaliação de alunos.

Solicitados a indicar as razões que levaram a rede municipal de ensino a implantar avaliações próprias dos alunos, obtiveram-se 3505 indicações⁴ válidas. Conforme registros apresentados na Tabela 2, revela-se como principal motivação a necessidade de fazer o diagnóstico e monitoramento do ensino e das aprendizagens.

Tabela 2– Razões para a proposta de uma avaliação de alunos pela rede municipal de ensino

Categoria	Quantidade de indicações
Diagnóstico, acompanhamento e monitoramento do ensino e das aprendizagens.	1533
Apoio à gestão pedagógica e administrativa.	1076
Melhoria da qualidade da educação melhoria das aprendizagens dos alunos, do trabalho pedagógico, dos índices educacionais, etc.)	450
Outras razões	143
Mobilização dos alunos e dos professores.	74
Resposta não pertinente/ não compreensível.	229
Total de indicações	3505

Fonte: Elaboração dos autores. 2015

As indicações registradas convergem para iniciativas no âmbito das escolas, sejam aquelas voltadas para o diagnóstico de proficiências dos alunos, sejam as voltadas para o professor, que se propõem a acompanhar e aprimorar a prática pedagógica e orientar a formação continuada.

Outra ênfase presente nas respostas é a crença de que tal iniciativa pode induzir à melhoria de qualidade do ensino, sendo necessário investigar com maior profundidade o significado dessa qualidade, em pesquisas que permitam, por seu delineamento, um detalhamento dessa questão. Por fim, destacam-se razões relativas à melhoria de índices educacionais, como fluxo, evasão e repetência, havendo, também, referências explícitas ao aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) e/ou alcance de metas. No caso do Ideb, seu uso pelos municípios pode estar relacionado a programas

⁴ Fala-se em indicações de respostas, pois, dentre os municípios que responderam à questão, alguns apontaram mais de três razões, enquanto outros deixaram de responder à questão.

do MEC como o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola), que visa o apoio à gestão escolar, e os Planos de Ações Articuladas (PAR).

Além dessas razões foram também indicadas motivações relacionadas ao gerenciamento educacional, à qual subjazem as ideias de planejamento a partir de diagnóstico, controle curricular, avaliação do trabalho docente, planejamento de atividades de recuperação e preparo de Planos de Intervenção Pedagógica (PIP).

A Tabela 3 retrata as declarações dos respondentes sobre quais seriam os principais objetivos da avaliação de alunos. Nessa questão era possível a escolha de até três das alternativas previamente especificadas e, ainda, o apontamento espontâneo de outros objetivos.

Dentre as respostas, ressaltam-se, para além da preocupação majoritária de melhoria da aprendizagem dos alunos, os objetivos de melhorar o Ideb e de obter informações para definir prioridades de gestão da educação municipal.

Tabela 3- Principais objetivos das avaliações de alunos propostas pelos municípios.

Objetivos das avaliações de alunos	N	%
Melhorar a aprendizagem dos alunos	1141	84,5
Melhorar o Ideb	536	39,7
Definir prioridades para a gestão da educação municipal	530	39,3
Obter informações para a formação continuada	458	33,9
Rever propostas curriculares do município	453	33,6
Reduzir a taxa de repetência e/ou de abandono	432	32,0
Aprimorar os processos de gestão da rede municipal.	241	17,9
Divulgar os resultados das escolas para os pais e a comunidade.	73	5,4
Obter informações para a premiação/ bonificação de escolas, gestores, professores e/ou alunos.	47	3,5
Outros	23	1,7

Fonte: Elaboração dos autores. 2015

Os respondentes que assinalaram a alternativa “outros” e declararam espontaneamente outros objetivos indicados para a realização de uma avaliação de alunos pelo município, reiteraram as razões para esse tipo de avaliação, já trabalhadas anteriormente. Além da ênfase dada ao diagnóstico e ao monitoramento do ensino e das aprendizagens, destacam-se o apoio à formação continuada de professores, à melhoria dos dados de fluxo dos alunos e à revisão das propostas curriculares.

Os dados sobre os anos/séries que têm sido focalizados pelas avaliações próprias das redes municipais de ensino permitem apreender maior preocupação com o acompanhamento dos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental, dado que precisa ser melhor investigado em relação à oferta dos anos finais em cada municipalidade.

Ainda que, segundo os dados, atenção um pouco maior seja dada às avaliações dos 3ºs e 5ºs anos desse segmento, reproduzindo em certo sentido o desenho de avaliações como a Prova Brasil e a Avaliação Nacional da Alfabetização, percebe-se que mais de 40% dos 1350 municípios que responderam a essa questão declaram avaliar também alunos de 6º a 9º ano.

Quanto às disciplinas usualmente abrangidas nas avaliações observa-se que a tendência é a de se avaliarem os mesmos componentes curriculares já contemplados nos testes federais: Matemática e Língua Portuguesa (com ênfase em leitura e interpretação de textos), ainda que chame a atenção, também, a menção da gramática como conteúdo avaliado (Tabela 4).

Tabela 4- Disciplinas avaliadas nas avaliações propostas pelas redes municipais

Disciplinas / áreas avaliadas	N	%
Leitura e interpretação de texto	1245	92,2
Gramática	1019	75,5
Redação	966	71,6
Matemática	1217	90,1
Ciências	637	47,2
História	596	44,1
Geografia	591	43,8
Artes	434	32,1
Educação Física	425	31,5
Língua Estrangeira	385	28,5
Outras disciplinas/ áreas	162	12,0

Fonte: Elaboração dos autores. 2015

Digno de nota é o movimento dos municípios de avaliar outros componentes curriculares, como Ciências, História e Geografia. Fica a dúvida se tais componentes estão sendo avaliados de forma independente, ou se fazem parte das avaliações de Português e Matemática, já que muitos municípios utilizaram o espaço dedicado a outras disciplinas/ áreas para esclarecer a natureza “interdisciplinar” das avaliações focadas na língua e na matemática.

De forma geral, as avaliações de alunos propostas pelas redes municipais utilizam provas e/ou testes cognitivos para aferir seu desempenho (34%), que podem ou não estar acompanhadas de questionários ou entrevistas com diversos atores (gestores, professores, alunos, pais ou responsáveis).

Para definição do que avaliar, a maioria dos municípios disse utilizar as matrizes de referência da Prova Brasil. Importante menção é feita aos documentos curriculares como fonte para seleção dos conteúdos cobrados nas avaliações, sejam estes os

Parâmetros Curriculares Nacionais ou as propostas curriculares das redes municipais. De todo modo, nota-se uma tentativa de concatenar avaliação e currículo, de modo que se avalia o que está na proposta curricular ou, ainda, se ensina o que está presente nas matrizes de referência da avaliação (Tabela 5).

Tabela 5 – Referências utilizadas pelos municípios para definir o conteúdo das avaliações

Referenciais utilizados na definição do que é avaliado	N	%
Matrizes de referência da Prova Brasil	1117	82,7
Parâmetros curriculares nacionais	1097	81,3
Proposta curricular da rede municipal de ensino	1046	77,5
Conteúdos indicados pelos professores	784	58,1
Matrizes de referência da avaliação estadual	694	51,4
Conteúdos indicados pelos profissionais da SME.	675	50,0

Fonte: Elaboração dos autores. 2015

Quanto aos procedimentos de tratamento e análise dos resultados obtidos na avaliação de alunos do Ensino Fundamental, as 1.156 indicações obtidas permitem afirmar que, usualmente, os resultados obtidos pelos alunos nas provas são organizados por meio de tabulações e/ou elaboração de gráficos e apresentados em relatórios-síntese (579 indicações). Ainda segundo alguns depoimentos, os dados são analisados coletivamente em reuniões, encontros e seminários realizados em âmbito das escolas e/ou da rede (112 indicações).

2.2 - Avaliação institucional

Dos 4.309 respondentes ao questionário, 1012 afirmaram possuir alguma iniciativa de avaliação institucional, o que corresponde a 23,5% desse total.

A análise das razões apontadas por esses 1012 municípios para a proposição de uma avaliação institucional permite perceber que as motivações estão relacionadas a diferentes instâncias/ componentes do processo educacional (Tabela 6).

Tabela 6 – Razões da avaliação institucional indicadas pelos municípios

Categorias	Quantidade de indicações
Razões com foco na instituição escolar	586
Razões com foco na gestão da rede	530
Razões com foco nos resultados	500
Razões com foco no aluno	454
Razões com foco nos profissionais do ensino	231
Outras razões	66
Resposta não pertinente/ não compreensível	161

Fonte: Elaboração dos autores. 2015

Dentre as razões que focalizam a instituição escolar, que abrangem o maior número de indicações (n = 586), os depoimentos ressaltaram a necessidade de conhecer a realidade de cada escola, o desenvolvimento do trabalho pedagógico da instituição, bem como monitorar e acompanhar a consecução do Projeto Pedagógico, das propostas pedagógicas e/ou curriculares e dos planos escolares e dos investimentos. Com menor ênfase foi citado o diagnóstico dos fatores intervenientes nos resultados e a ideia de que a avaliação institucional propicia a avaliação “da escola como um todo” e a autoavaliação do trabalho realizado. Destaca-se, ainda, o propósito de, por meio desse tipo de avaliação, buscar uma maior integração com a comunidade, traduzida em “escutar os pais”, “levar os pais para a escola”, identificar a percepção que pais e alunos têm da escola, permitir que os pais conheçam “a dinâmica da escola” e fortalecer mecanismos de gestão democrática, com referências ao Conselho Participativo. A ideia de que por meio da avaliação institucional é possível subsidiar o trabalho do professor e dos gestores também apareceu nos depoimentos que foram classificados nessa categoria.

Nas razões que mencionam a avaliação institucional como estratégia para subsidiar a gestão da rede (n=530), tanto no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, quanto no interior das escolas, foram recorrentes declarações que mencionaram o subsídio à tomada de decisões com base no diagnóstico das realidades, o apoio ao planejamento e replanejamento, a proposição de ações/ intervenções e metas a serem desenvolvidas e alcançadas, a realização de mudanças curriculares, a proposição de metas, o apoio à alocação de recursos, etc. Também estão presentes nesse agrupamento a ideia de iniciativas voltadas para a prestação de contas e responsabilização (avaliar o trabalho de gestão, dar subsídios ao trabalho dos gestores escolares, etc.) e a ideia de que a avaliação institucional permite “qualificar a gestão” e “melhorar a gestão administrativa e pedagógica”. Muito citada é a ideia de rever ou de propor alguma atividade de formação continuada aos professores, a partir dos resultados obtidos. Ainda que com menor ênfase, chamam atenção as declarações dos respondentes de que, com base na avaliação institucional, é possível estabelecer parâmetros/ padrões de avaliação e de currículo para todas as escolas da rede.

As razões nas quais o foco de atenção recai sobre os resultados obtidos (n = 500) mencionam a intenção de sua melhoria, com afirmações amplas (melhoria da escola, da

educação, do ensino, da qualidade do ensino, do desempenho dos professores, dos processos de gestão, dos serviços prestados) ou por meio de indicação de aspectos específicos (melhoria dos resultados do Ideb, de dados de fluxo, de resultados dos alunos em Língua Portuguesa e Matemática).

Um quarto agrupamento é constituído por razões que focalizam os alunos (n = 454), sendo a avaliação institucional apontada como estratégia para melhoria da aprendizagem, à medida que propicia a verificação, o diagnóstico, o acompanhamento e/ou o monitoramento do desenvolvimento dos alunos, de seus rendimentos e de suas aprendizagens. Essa ênfase no acompanhamento do desempenho e das aprendizagens dos alunos aparece, por vez, em conjunto com a ideia de que é necessário conhecer as dificuldades, ou os “pontos de partida”, para adequar o ensino aos alunos. Nessa categoria também foram incluídos os depoimentos que enfatizam ser necessário acompanhar os alunos para ver se eles estão se desenvolvendo de acordo com os descritores ou com o que é esperado pelos exames nacionais. Digno de nota, também, é a ideia de que a avaliação institucional serviria para preparar os alunos para outras avaliações (federais ou estaduais) ou para a competição do mercado.

Menor ênfase é observada em um agrupamento de razões que focalizam o professor (n= 231). Foram classificados nesse grupo os depoimentos que se referem à avaliação institucional como estratégia para propiciar a autoavaliação do professor, bem como a avaliação de seu desempenho. Citam-se, ainda, como motivações para a proposição desse tipo de avaliação a necessidade de conscientizar/ mobilizar/ responsabilizar os professores pelo trabalho realizado, bem como a necessidade de valorizá-los enquanto profissionais do ensino.

Outras razões fornecidas pelos municípios para justificar a adoção da avaliação institucional referem-se à ideia de atender à legislação vigente, à necessidade de comparar os resultados obtidos com os dados das avaliações oficiais ou, mesmo, de adequar à avaliação à realidade local. Ainda em relação aos resultados das avaliações oficiais, diversos depoimentos ressaltam que sua opção por ter uma avaliação institucional refere-se à necessidade de ter dados, em tempo hábil, para a proposição de intervenções. Com menor ênfase, aparece o discurso da necessidade de conhecer o trabalho da escola, atender às diferenças e garantir a equidade do ensino.

2.3 - Avaliação de profissionais de ensino

As questões relativas à avaliação de profissionais da educação focalizaram o levantamento de informações acerca de iniciativas direcionadas a professores e/ou gestores, buscando identificar também razões que motivaram essa ação, bem como evidências sobre o modo como vem sendo conduzida.

Dos 4309 municípios com respostas válidas ao questionário, 648 afirmaram fazer avaliação de seus profissionais, o que corresponde a 15% desse total. Com base nesse dado, é possível supor que essa vertente de avaliação ainda não se disseminou como integrante da gestão educacional, embora a legislação vigente contemple dispositivos que remetem a normatização da avaliação docente, no âmbito dos estatutos e planos de carreira para o magistério público (Sousa, 2011).

Aos municípios que registraram ter alguma avaliação de seus profissionais – professores e/ou gestores – foi solicitado que indicassem até três razões que levaram à implantação desta proposta de avaliação. Ao todo foram registradas 1600 motivações para adoção dessa medida.⁵

Os registros feitos pelos municípios foram, então, organizados em cinco categorias de respostas, que expressam propósitos da avaliação de profissionais da educação. A Tabela 7 apresenta o quantitativo de respostas em cada categoria, com indicação de elementos presentes nas manifestações dos municípios que ilustram os tipos de registros feitos por eles. Alguns registros foram desconsiderados por não serem pertinentes à questão proposta e estão contabilizados como respostas “não pertinente/não compreensível”.

Tabela 7 - Razões que levaram a rede municipal de ensino a implantar uma proposta de avaliação de seus profissionais.

Categoria	Quantidade de indicações
Apoio à implantação de políticas educacionais e estratégias de gestão (usos de subsídios trazidos pela avaliação para decisões administrativas relativas à gestão de pessoal (RH), assiduidade, pontualidade, comprometimento, rotatividade, etc.)	390
Estímulo ao desenvolvimento profissional (crescimento individual do professor no contexto da profissão docente, visando avanços na trajetória profissional - valorização, formação, qualificação, etc.).	367

⁵ Visando apreender as motivações dominantes que apoiaram as iniciativas municipais, cotejaram-se os registros feitos pelos respondentes com contribuições da literatura. Em especial, auxiliaram a identificação de categorias de respostas o estudo de Riegle, 1987 (apud Duke; Stiggins, 1997), que criou um marco conceitual para pensar sobre o desenvolvimento do professorado e identificou cinco áreas de crescimento e o de Torrecilla (2007), que trata de propósitos da avaliação docente com base em estudo que caracterizou a estrutura e funcionamento dos sistemas de carreira e avaliação de desempenho docente em países da América e Europa, tendo como foco os docentes da educação básica das escolas públicas.

Aperfeiçoamento da atuação pedagógica /desempenho profissional (superação de dificuldades e aprimoramento de propostas e práticas de ensino).	341
Melhoria de processos e de resultados (necessidades, propósitos e prioridades da escola ou da rede de ensino como melhoria de desempenho discente, melhoria da qualidade do ensino, melhoria da qualidade do trabalho, etc.).	275
Regulamentação da carreira docente (referência a critérios vigentes nos Planos de Carreira que embasam promoções e/ou diferenciações funcionais).	190
Não pertinente ou não compreensível	79

Fonte: Elaboração dos autores. 2015

3 - Usos dos resultados

Quanto aos usos dos resultados das avaliações, foram apresentadas aos respondentes alternativas de respostas, solicitando-se que assinalassem aquelas que correspondiam às práticas municipais usuais, podendo ser escolhida mais de uma alternativa.

Para facilitar a análise, as respostas foram agrupadas em cinco grupos de usos, relacionados à: mobilização da escola (Tabela 8); ações ou programas educacionais das secretarias municipais (Tabela 9); monitoramento da rede de ensino (Tabela 10); apoio a gestão de pessoal (Tabela 11) e divulgação de informações para diferentes públicos (Tabela 12). Os dados reportados nas tabelas referem-se às respostas afirmativas, em percentuais, para cada assertiva que compõe cada um dos agrupamentos, considerando-se as respostas dos 4.309 respondentes.

Quanto aos usos relacionados a algum tipo de mobilização das escolas chama a atenção o fato de 91% dos respondentes terem assinalado que procuram motivar as escolas a buscarem melhores resultados. Além disso, 88% dos respondentes tenham assinalado o estímulo realizado para que as escolas discutam seus resultados.

Tabela 8: Usos relacionados a algum tipo de mobilização das escolas.

Usos	%
Motivar as escolas a buscarem melhores resultados	91
Estimular as escolas a discutirem os resultados obtidos	88
Propor que as escolas produzam relatório explicativo dos resultados obtidos	47

Fonte: Elaboração dos autores. 2014

A Tabela 9 apresenta as respostas agrupadas em torno de usos relacionados a ações ou programas educacionais das secretarias municipais.

Tabela 9: Usos relacionados a ações ou a programas educacionais das secretarias municipais.

Usos	%
Avaliar programas e ações desenvolvidos pela Secretaria	79
Reestruturar o currículo das escolas	73
Desenvolver material didático	64
Reformular o Plano Municipal de Educação	62
Comprar material curricular estruturado e/ou apostilado	37
Dar algum prêmio aos alunos (computador, viagem, etc.)	13
Dar algum prêmio às escolas (computadores, recursos financeiros, etc.).	10
Oferecer bônus salarial aos profissionais das escolas	6

Fonte: Elaboração dos autores. 2015

Nota-se que as assertivas mais escolhidas pelos respondentes apontam para o uso dos resultados para avaliar programas e ações desenvolvidas pela Secretaria (79%) e para reestruturar o currículo das escolas (73% dos respondentes). Outros usos destacados são: desenvolver material didático (64%) e reformular o Plano Municipal de Educação (62%); tais usos indicam ações no sentido de dar consequência ao processo de avaliação e, possivelmente, uma preocupação de agir sobre a realidade, no sentido de superar possíveis problemas encontrados, com base nos resultados obtidos. Destaca-se que a assertiva que trata da compra de material curricular estruturado e/ou apostilado, foi assinalada por 37% dos respondentes. A estratégia de premiar alunos em função de resultados obtidos nos testes foi assinalada por 16% dos respondentes. Ainda com relação à premiação, 16% dos respondentes assinalaram que oferecem prêmios às escolas e 6% proporcionam bônus salarial aos profissionais das escolas. Nesses casos parece estar subjacente a crença de que associar estímulos aos resultados dos testes pode induzir à melhoria do processo educacional.

Os dados disponibilizados na Tabela 10 reiteram a preocupação de monitorar as escolas, a qual já havia sido destacada quando os respondentes apontaram espontaneamente as razões que levaram a rede municipal de ensino a implantar avaliações próprias dos alunos.

Tabela 10: Usos relacionados ao monitoramento da rede de ensino.

Usos	%
Identificar carências das escolas da rede.	85
Propor intervenções diferenciadas nas escolas.	83
Diagnosticar desigualdades entre as escolas da rede.	63
Estabelecer metas de desempenho para as escolas, além daquelas fixadas pelo Ideb.	63
Remanejar alunos entre as escolas da rede.	12

Fonte: Elaboração dos autores. 2015

As três assertivas mais assinaladas nesse grupo referem-se a ações de gestão e sugerem a intenção de buscar minorar as desigualdades internas da rede. Destaca-se, ainda, que 63% dos respondentes assinalam que usam as avaliações para estabelecer metas de desempenho para as escolas, além daquelas fixadas pelo Ideb, podendo significar um aumento da pressão sobre a escola para atingir metas definidas pela gestão municipal. Compreender, por meio de estudos específicos, como as metas são propostas e quais os objetivos a elas inerentes faz-se necessário, bem como investigar a afirmação de que as avaliações são usadas para remanejar alunos entre escolas da rede, assinalada por 13% dos respondentes.

Dentre as menções que se referiram à gestão de pessoal da rede, como indicam os dados da Tabela 11, a frequência maior de respostas referiu-se a planejar a formação continuada dos profissionais. As outras três assertivas relacionam-se a ações de alocação ou demissão de pessoal, o que carece de investigação complementar para se compreender o sentido que vêm assumindo na gestão educacional.

Tabela 11: Usos relacionados a apoiar a gestão de pessoal.

Usos	%
Planejar a formação continuada dos profissionais da rede	84
Remanejar professores entre as escolas da rede	21
Remanejar gestores entre as escolas da rede	11
Demitir gestores escolares	6

Fonte: Elaboração dos autores. 2015

Por fim, a Tabela 12 destaca informações sobre usos relacionados à divulgação das informações para diferentes públicos. Os respondentes indicaram que um dos usos dos resultados refere-se ao fornecimento de informações sobre as escolas para as famílias e comunidade escolar (85%), inclusive, por meio da colocação de placas em frente às escolas (23%), ação polêmica que tem sido alvo de diversos debates entre educadores.

Tabela 12: Usos relacionados à divulgação das informações para diferentes públicos

Usos	%
Fornecer informações sobre as escolas para as famílias e a comunidade escolar	85
Colocar os resultados em uma placa visível na frente da escola	23

Fonte: Elaboração dos autores. 2015

Vale destacar que as maiores frequências de resposta quanto aos usos dos resultados das avaliações incidem em expectativas de que os resultados venham a ser apropriados pelas escolas com vistas à busca de aprimoramento do trabalho escolar. Também é destaque a prática de estabelecer metas de desempenho além daquelas fixadas pelo Ideb, apesar de não se ter informações sobre quais seriam elas e nem a forma como estariam sendo discutidas ou fixadas. De toda forma, essa informação indica que o estabelecimento de metas tem sido valorizado como instrumento de gestão pelas secretarias de educação.

Indicações finais

As informações sistematizadas neste texto possibilitam retratar, em linhas gerais, como vem se dando a relação de municípios com a avaliação educacional e suscitam pontos que merecerão aprofundamento, não só no âmbito deste estudo, mas de outros que se delinearem como complementares. As contribuições trazidas para discussão, relativas a contextos municipais, permitem evidenciar que a avaliação em larga escala vem se consolidando como instrumento de gestão educacional nas municipalidades. Parece haver correspondência iniciativas municipais e as iniciativas do Ministério da Educação, sejam aquelas relativas à avaliação em larga escala, seja a criação de índice para se aquilatar o desenvolvimento da qualidade educacional.

Referências

- ALAVARSE, Ocimar M.; MACHADO, Cristiane; BRAVO, Maria H. Avaliações externas e qualidade na Educação Básica: articulações e tendências. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v.24, n. 54, p. 12-31, jan./abr., 2013.
- BAUER, Adriana. É possível relacionar avaliação discente e formação de professores? *Educação em Revista* (UFMG. Impresso), v. 28, p. 61-82, 2012 (a).
- BAUER, Adriana. Estudos sobre Sistemas de Avaliação Educacional. *Revista @mbienteeducação*, v. 5, p. 7-31, 2012 (b).
- BAUER, Adriana; REIS, Adriana T. Balanço da produção teórica sobre avaliação de sistemas educacionais no Brasil: 1988 a 2011. *36ª REUNIÃO NACIONAL DA ANPED - Goiânia / GO - Campus Samambaia/UFMG - 29/09 a 02/10/2013*. Disponível em: http://www.36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt05_trabalhos_pdfs/gt05_3375_texto.pdf, acesso em 10 jun 2014.

- BAUER, Adriana; SOUSA, Sandra Z. L. Avaliação e carreira docente: iniciativas da rede de ensino estadual de São Paulo. *Revista e-Curriculum* (PUCSP), v. 11, p. 201-215, 2013.
- BROOKE, Nigel. P.; CUNHA, Maria. A.; FALEIROS, M. A Avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados: **Relatório Final**. GAME/Fundação Victor Civita, agosto/2011. Disponível em: <http://www.fvc.org.br/pdf/relatorio-avaliacoes-externas.pdf>, Acesso em 27/12/2012.
- CÔCO, Dilza. *Avaliação externa da alfabetização: o PAEBES – Alfa no Espírito Santo*. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- DUARTE, Adriane B. A participação das escolas públicas de educação básica no SAEB: implicações nas formas de organização e desenvolvimento do trabalho escolar. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Maria 2014.
- DUKE, Daniel L.; STIGGINS, Richard J. Más allá de la competencia mínima: evaluación para el desarrollo profesional. In Millman, Jason e Darling-Hammond, Linda. Manual para la evaluación del profesorado. Ed La Muralla Madrid 1997
- FERRAROTTO, Luana. Promase: análise de uma experiência de avaliação do sistema municipal de ensino de Amparo. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Campinas, 2011.
- GASPARINI, Sandra M.; BARRETO, Sandhi M.; ASSUNÇÃO, Ada A. In: O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.31, n.2, p.189-199, maio/ago. 2005.
- GESQUI, Luiz C. Organização da escola, absentismo docente, discente e rendimento escolar. Dissertação de Mestrado. PUC/SP, 2008
- GEWEHR, Glaer G. *Avaliação da educação básica: políticas e práticas no contexto de escolas públicas municipais*. Dissertação (Mestrado em Educação). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2010.
- GHIZONI, Liliam D. Absenteísmo e plantão pedagógico no Instituto Estadual de Educação. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Santa Catarina. 2002.

- GIMENES, Nelson A. S.; SILVA, Vandr  G. *Uso da avalia o externa por equipes gestoras e profissionais docentes: um estudo em quatro redes de ensino público*. Relatório de pesquisa. São Paulo: Funda o Carlos Chagas/Funda o Itaú Social, 2012.
- GOMES, Carmem E. S. de L. *Determinantes do baixo desempenho das escolas públicas municipais de Campos dos Goytacazes*. Disserta o (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades). Universidade Cândido Mendes, Campos dos Goytacazes, 2009.
- GOMES, M rcia. B.G. *Monitoramento e Gestão do Ensino Fundamental: Práticas Escolares em Face de Políticas Indutoras*. Disserta o (Programa de Pós-Gradua o em Educa o). Universidade Federal da Grande Dourados, Campus Dourados, 2012.
- HORTA NETO, João L. *As avalia es externas e seis efeitos sobre as políticas educacionais: uma análise comparada entre a União e os estados de Minas Gerais e São Paulo*. Tese (Doutorado em Política Social) – Instituto de Ciências Humanas - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- MARINHO, Railma A. C. *Políticas públicas de avalia o: a avalia o externa e a realidade educacional da microrregião de JANUÁRIA-MG*. Disserta o (Mestrado em Educa o), Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2010.
- MARDEGAN, Eliene G. V. *Avalia es externas e qualidade da Educa o: repercussões das avalia es em larga escala nos discursos sobre as práticas em escolas da rede municipal de São Paulo*. Disserta o (Mestrado em Educa o), Universidade Cidade de São Paulo, 2014.
- NASCIMENTO, Gilsimara P. do. *SAEB: impactos de seus resultados e implica es nas políticas públicas educacionais no município de JABOTICATUBAS/MG*. Disserta o (Mestrado em Educa o), Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.
- OVANDO, Nataly G. *A avalia o na política educacional de municípios sul-matogrossenses*. Disserta o (Mestrado em Educa o), Faculdade de Educa o, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2011.
- PIMENTA, Cláudia O. *As Avalia es Externas e o Trabalho de Coordenadores Pedagógicos: estudo em uma rede municipal paulista*. 141 p. Disserta o

- (Mestrado) – Curso de Educação, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012
- SILVA, Maria J. de A. *O sistema mineiro de avaliação da educação pública: impactos na escola fundamental de Uberlândia*. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Minas Gerais, 2005.
- SOUSA, Sandra Z. Avaliação externa e em larga escala no âmbito do Estado brasileiro: interface de experiências estaduais e municipais de avaliação da Educação Básica com iniciativas do governo federal. In: BAUER, A.; GATTI, B. A. (orgs.). *Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: Implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores*. Florianópolis: Insular, 2013, p. 61- 85).
- _____. Avaliação e carreira do magistério: premiar o mérito? *Retratos da Escola*, v. 2, p. 81-83, 2008.
- SOUSA, Sandra Z.; PIMENTA, Cláudia O.; MACHADO, C. Avaliação e gestão municipal da educação. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, v. 23, n. 53, p. 14-36, set/dez, 2012.
- TAVARES, Priscila. A.et al. *A falta faz falta? Um estudo sobre o absentéismo dos professores da rede estadual paulista de ensino e seus efeitos sobre o desempenho escolar*. ANPEC, 2009. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2009/inscricao.on/arquivos/000-c501f661ab69e4d7dd363fd19713be26.pdf>. Acesso em 02 de mar de 2015.
- WERLE, Flávia O. C. (org.). *Avaliação em larga escala: foco na escola*. São Leopoldo: Oikos; Brasília: Liber Livro, 2010.
- WERLE, Flávia O. C. Experiências do estado do Rio Grande do Sul em destaque: interfaces com as políticas de avaliação federais. In: BAUER, A.; GATTI, B. A. (orgs.). *Vinte e cinco anos de avaliação de sistemas educacionais no Brasil: Implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores*. Florianópolis: Insular, 2013, p. 193-210.